

HABEAS CORPUS Nº 557.959 - ES (2020/0011719-6)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : IAN ALVES DE OLIVEIRA
ADVOGADO : IAN ALVES DE OLIVEIRA - ES028850
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : DAVID ADAM DA SILVA GALDINO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso próprio, impetrado em favor de **DAVID ADAM DA SILVA** contra acórdão prolatado pelo **Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo**.

Depreende-se dos autos que o paciente foi condenado às penas de 11 (onze) anos e 09 (nove) meses de reclusão e pagamento de 1.575 (mil quinhentos e setenta e cinco) dias-multa, em razão da prática dos crimes previstos nos arts. 33, **caput**, e art. 35, **caput**, ambos da Lei de Drogas.

Irresignada, a defesa interpôs recurso de apelação ao Tribunal de origem, que negou provimento ao apelo, nos termos do acórdão juntado às fls. 64-74.

No presente **writ**, o impetrante sustenta que houve violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, na primeira etapa da dosimetria da pena, ao argumento de que não houve fundamentação idônea a justificar o **quantum** de exasperação da pena-base.

Requer, ao final, a concessão da ordem, para reduzir a pena-base (fls. 3-12).

As informações foram prestadas às fls. 95-104.

O Ministério Público Federal, às fls. 106-109, manifestou-se nos termos da seguinte ementa:

"HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. TRÁFICO DE DROGAS. ART. 33 DA LEI 11.343/06. DOSIMETRIA. PENA-BASE ACIMA DO MÍNIMO LEGAL.

QUANTIDADE DA DROGA APREENDIDA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PRECEDENTE DESSE TRIBUNAL. NÃO CONHECIMENTO DO WRIT."

É o relatório.

Decido.

A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de **habeas corpus** em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não-conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

Destarte, passo ao exame das razões veiculadas no **mandamus**.

O impetrante sustenta que houve violação aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade na primeira etapa da dosimetria da pena, ao argumento de que não houve fundamentação idônea a justificar o **quantum** de exasperação da pena-base.

O presente requerimento se trata de **reiteração de pedido**, uma vez que a **controvérsia** ora suscitada já foi alvo de apreciação, por ocasião do julgamento do **HC n. 543942/SP**, oportunidade em que o pleito não foi conhecido, mas a ordem foi concedida de ofício.

O art. 210 do RISTJ dispõe que: "*Quando o pedido for manifestamente incabível, ou for manifesta a incompetência do Tribunal para dele tomar conhecimento originariamente, ou for reiteração de outro com os mesmos fundamentos, o relator o indeferirá liminarmente.*"

Ante o exposto, não conheço do presente **habeas corpus**.

P. e I.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 02 de abril de 2020.

Ministro Felix Fischer

Relator